

HABEAS CORPUS Nº 515.297 - SP (2019/0167715-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : PAULO HENRIQUE RODRIGUES DE OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : HAISLAN FILASI BARBOSA - SP351159
PAULO HENRIQUE RODRIGUES DE OLIVEIRA - SP357406
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GILTON LEANDRO MIGUEL FERNANDES MARQUEZAN
(PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GILTON LEANDRO MIGUEL FERNANDES MARQUEZAN no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, nos autos do *Habeas Corpus* n. 2111551-87.2019.8.26.0000, indeferiu o pedido de liminar.

Os autos dão conta de que o Juízo da 2ª Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Votuporanga/SP, em razão de o paciente ter descumprido a decisão judicial que deferiu medidas protetivas de urgência em favor de sua convivente, acolheu a representação da autoridade policial e decretou sua prisão preventiva (e-STJ fls. 19/20).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* com pedido liminar na Corte estadual alegando a ausência dos requisitos autorizadores da prisão cautelar e de fundamentos para sua decretação/manutenção. Salientou, ainda, que o paciente possui condições pessoais para responder o processo em liberdade.

O pleito liminar foi, contudo, indeferido pelo Tribunal de origem (e-STJ fls. 24/28).

Na presente impetração, a defesa reafirma as alegações originárias, pleiteando a revogação da constrição provisória.

Aponta para a ocorrência de violação aos princípios da individualização da pena, da humanidade e da proporcionalidade, sustentando que "*o delito em tese praticado pelo acusado, qual seja: 'Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: Pena-detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos'*", e que, "*conforme o próprio dispositivo legal, a pena em*

caso de condenação, será punida com DETENÇÃO, NÃO cabendo assim RECLUSÃO. Como já é sabido, em nosso ordenamento jurídico, há duas espécies de Privação de Liberdade: Reclusão e Detenção. Onde a RECLUSÃO permite os três regimes de cumprimento de pena (fechado/semiaberto/aberto) e a DETENÇÃO SÓ permite o semiaberto e aberto. NÃO cabendo o regime fechado, em crimes apenados com detenção" (e-STJ fl. 10).

Destaca que "o paciente já encontra-se preso preventivamente de 'CASTIGO', há mais de 30 dias" (e-STJ fl. 11).

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do STF), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 349.925/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016).

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do

verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 345.456/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016).

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o habeas corpus.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator